

Covas estuda como recorrer contra lei que altera currículo

Se for adotada, governo terá de desembolsar R\$ 32 milhões anuais para pagar 5 mil professores

O governo do Estado estuda uma forma de recorrer à Justiça contra a lei aprovada pelos deputados estaduais de São Paulo que torna a Educação Artística disciplina obrigatória nos currículos escolares de 1º e 2º graus. Se tiver de ser adotada, a medida fará a Secretaria de Educação desembolsar R\$ 32 milhões anuais para pagar 5 mil professores especializados. Atualmente, segundo o secretário-adjunto da Educação, Hubert Alqueres, só estudantes de 5ª a 8ª séries têm aulas de Educação Artística com os P3 (professores com formação universitária).

A aprovação, pela Assembléia, de uma lei que mexe no currículo escolar preocupa a chefe do Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara, Maria Beatriz Loureiro de Oliveira. "Além do lobby na educação, a partir de agora teremos o lobby no currículo", analisou. "As matérias obrigatórias serão definidas de acordo com o interesse de grupos não especializados, que não participam de discussões e estão afastados da realidade da escola."

O presidente do Sindicato dos Professores da Rede Oficial (Apeoesp), Roberto Felício, não condenou a atitude do Legislativo que derrubou o veto do governador Mário Covas e promulgou a lei da deputada Bia Pardi (PT). Ele afirmou que a Lei de Diretrizes e Bases em vigor coloca a Educação Artística como parte integrante do currículo.